

HABEAS CORPUS Nº 476.108 - SP (2018/0283811-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : FERNANDO DOS PASSOS MARTINS
ADVOGADO : FERNANDO DOS PASSOS MARTINS - SP332179
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ FERNANDO LOPES DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUIZ FERNANDO LOPES DE OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2197974-84.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente, acusado da suposta prática do crime previsto no art. 147 do Código Penal, foi preso preventivamente, pois teria descumprido medidas protetivas impostas pelo Juízo de primeiro grau.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem, tendo sido a ordem denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 42):

HABEAS CORPUS – AMEAÇA - VIOLÊNCIA DOMESTICA – O decreto de prisão preventiva está devidamente fundamentado quando revela a imprescindibilidade da custódia cautelar. ORDEM DENEGADA.

No presente *writ*, sustenta o impetrante, em síntese, que o paciente faz jus à revogação da custódia cautelar, uma vez que nem sequer foi intimado do boletim de ocorrência e da decisão que decretou a medida protetiva.

Alega que não estão presentes os requisitos para manutenção da custódia antecipada previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca que o acusado é primário, possui bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva, ainda que com a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 157/158).

Informações prestadas às e-STJ fls. 162/166 e 168/177.

Parecer ministerial pela não concessão da ordem (e-STJ fls. 180/181).

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

É, em síntese o relatório.

Consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifiquei que, nos autos da Ação Penal n. 0002158-45.2018.8.26.0439, em 4/12/2018 foi prolatada sentença condenatória pelo Juízo de piso em desfavor do paciente, mas, não obstante, foi-lhe concedido o direito de apelar em liberdade e expedido alvará de soltura em seu favor.

Dessarte, é patente que o presente *writ* está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator